

Aula 5

Grandes "reinos"
da África
subsaariana:
Grande Zimbábue,
Monomotapa e
Congo

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar as características mais importantes dos “reinos” do Grande Zimbábue, do Monomotapa e do Congo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar cronológica e espacialmente os “reinos” do Grande Zimbábue, do Monomotapa e do Congo;
2. reconhecer as principais características desses “reinos”.

INTRODUÇÃO

Na última aula, traçamos um panorama da trajetória e da dinâmica de funcionamento do Gana, do Mali e do Songai. Localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental, esses três grandes “impérios” estiveram envolvidos no comércio de ouro, através das rotas transaarianas.

Na aula de hoje, analisaremos a história do Grande Zimbábue e do Monomotapa, os mais conhecidos “reinos” da África Oriental, envolvidos no comércio de ouro produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.

Por fim, estudaremos o “reino” do Congo, localizado na África Centro-Ocidental, que se tornou um importante fornecedor de escravos para o comércio atlântico, após a chegada dos portugueses.

Para acompanhar esta aula, você deverá lembrar que, embora tenham existido vários “reinos” e “impérios” no continente africano, o panorama predominante era o da dispersão e da ausência de centralização política. Deverá recordar, também, as ressalvas inerentes ao uso de categorias elaboradas para o estudo de sociedades europeias – como “reinos”, “impérios” e “dinastias” – para a investigação do passado africano.

Grande Zimbábue, Monomotapa e as exportações de ouro pela costa do Índico

O Grande Zimbábue (do século XIII ao século XV)

Na região do atual Zimbábue, na África Oriental, o produto mais valioso era o ouro, explorado desde o século XI. A riqueza e o poder resultantes do comércio de ouro favoreceram a fundação, por volta do século XIII, do Grande Zimbábue, que deixou imponentes vestígios arqueológicos da sua antiga prosperidade.



As ruínas do Grande Zimbábue

Existem, ao todo, cerca de duzentas ruínas de pedra, remanescentes do Grande Zimbábue, no atual Zimbábue e nas áreas vizinhas de Moçambique e do Transvaal, no nordeste da África do Sul. A grandiosidade das ruínas levou alguns europeus a afirmarem que as edificações foram obra de estrangeiros (árabes, sabeus e até fenícios). Reagindo a essa suposição, autores afirmam que a escassez da construção em pedra na África subsaariana foi resultante da raridade das rochas próprias para a função, que seriam, no entanto, abundantes no Grande Zimbábue. Esses estudiosos defendem que as técnicas utilizadas, isto é, a formação de paredes de pedra sem argamassa, indicam que os construtores do Grande Zimbábue criaram seu próprio modelo arquitetônico.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Zimbabwe.

A origem do Grande Zimbábue estaria estreitamente relacionada à exploração e ao comércio de ouro. Através do aproveitamento dos recursos agrícolas e minerais, estimulado pelo aumento do comércio costeiro, líderes “tradicionais” que atuavam também como sacerdotes começaram a adquirir o estatuto de governantes divinos. Com isso, não só desenvolveram o poder militar, conquistando servidores entre os vizinhos e rivais, como investiram sua riqueza em grandes rebanhos de gado, cuja carne era oferecida como recompensa para os seus dependentes.

A partir do século XII, os seus centros de culto, onde se tinha acesso às divindades através dos espíritos dos antepassados, tornaram-se mais procurados do que os demais, permitindo que esses líderes-sacerdotes atraíssem mais seguidores, mais riqueza, mais comércio e mais poderio. Como consequência desse processo, já no século XIV, todo o planalto – onde existiam minas de ouro – estava sob o domínio do “rei-sacerdote” do Grande Zimbábue e de “monarcas” menores que lhe prestavam obediência.

O Grande Zimbábue controlava o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique, e por isso ultrapassou os “reinos” rivais e tornou-se o centro de uma grande cultura. No início do século XIV, possuía moeda e importava mercadorias chinesas, persas (do atual Irã) e islâmicas.

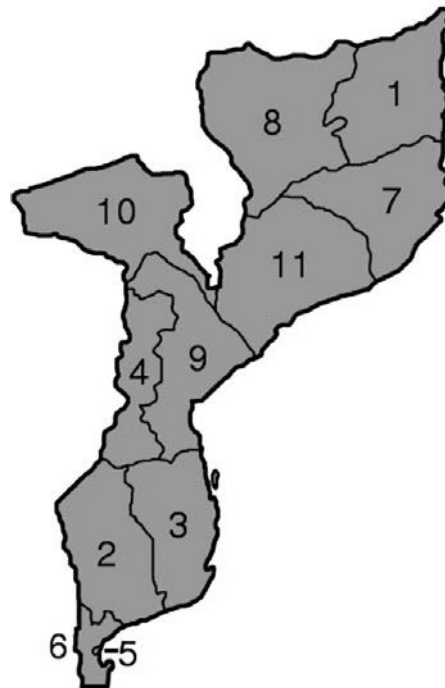


Figura 5.1: Mapa de Moçambique: o vale do rio Save fica localizado na fronteira norte da atual província de Inhambane. Veja também, no mapa, a indicação da província de Sofala, até onde chegava a rota comercial, controlada pelo Grande Zimbábue. (1) Cabo Delgado; (2) Gaza; (3) Inhambane; (4) Manica; (5) Maputo (city); (6) Maputo; (7) Nampula; (8) Niassa; (9) Sofala; (10) Tete; (11) Zambezia. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Mozambique_Provinces_numbered_300px.png

O declínio do Grande Zimbábue ocorreu no século XV, devido, em parte, à reorientação do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.

O “reino” Monomotapa (a partir do século XV)

A expansão do comércio no vale do Zambeze deu origem ao “reino” Monomotapa, fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue, que fizeram alianças com as populações locais e com mercadores muçulmanos.

Para alguns autores, a migração de grupos do Grande Zimbábue para a fundação do “reino” Monomotapa foi motivada pela procura de fornecimentos de sal. Outros estudiosos, no entanto, explicam o avanço para mais perto da costa pela busca de proximidade às redes de comércio árabe-suaíli.

Etnógrafos e historiadores têm destacado um modelo presente em alguns “reinos” lacustres da África Oriental, nos estados do Grande Zimbábue e Monomotapa, na África Austral, e em “monarquias” da África Ocidental, como Songai e Benin.

O soberano, quando não era tido como deus, era considerado descendente dos deuses, separado dos homens comuns por uma série de rituais. Raramente era visto em público, dava audiência atrás de uma espécie de cortina, comunicava-se através de porta-vozes e não podia ser visto em atos mundanos, como comer e beber. Era o representante dos deuses para o controle do uso da terra, determinando os momentos de plantio e colheita e ocupando papel central nas grandes cerimônias agrícolas. Acreditava-se que a fertilidade do solo, a queda regular de chuvas e todo o bem-estar da comunidade dependiam dele e da sua contínua prosperidade. A doença do soberano era encarada como um desastre, que precisava ser dissimulado ou combatido, por vezes, com seu assassinato ritual.

Quando morria, o soberano era enterrado com grande pompa, juntamente com as mulheres e a comitiva. Na sua corte, geralmente havia uma “grande rainha” ou “rainha-mãe”, que era a mulher principal da família “real” e não sua esposa. Abaixo do soberano havia uma hierarquia de funcionários que se ocupavam da corte e impunham a ordem e os tributos aos súditos das comunidades clânicas e aldeãs. As principais mercadorias do comércio de longa distância, como ouro, marfim, cobre e sal, eram monopólios do soberano, cujo palácio agregava os mais importantes artesãos, tais como ourives, cinzeladores de metais raros, tecelões e músicos.

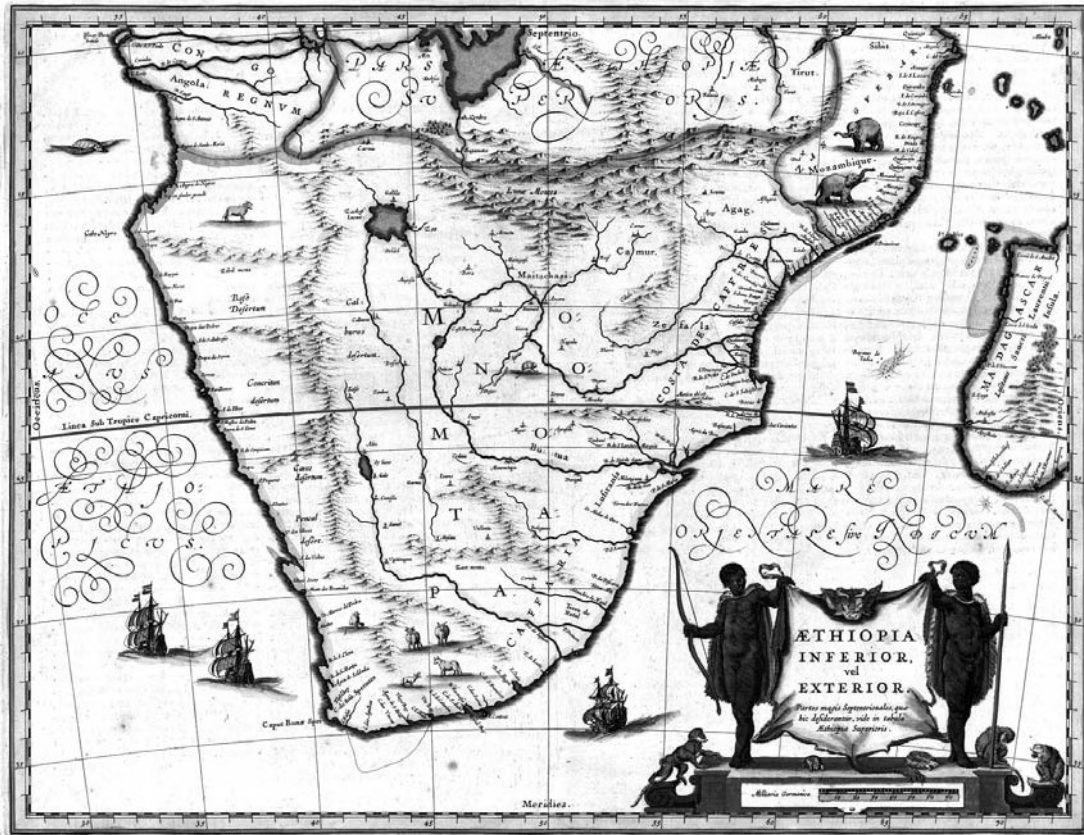


Figura 5.2: O “império” Monomotapa em 1535.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Monomotapa_Map.jpg

Os navegadores portugueses conheceram o “reino” Monomotapa após dobrarem o Cabo e chegarem à África Oriental. Anos depois, em 1511, um viajante lusitano chegou à corte, próxima à qual seus conterrâneos fundaram, em 1531, uma base. Na década de 1560, uma expedição portuguesa foi enviada ao Monomotapa para tentar controlar as minas de ouro, sendo impedida de subir o planalto. Em função das resistências enfrentadas, a expedição decidiu concentrar escravos armados na margem sul do rio Zambeze. Na seqüência, aventureiros portugueses aproveitaram esses escravos para desenvolverem o comércio e cobrarem tributos dos pequenos “reinos” vizinhos. Foram criados, na região, domínios privados, denominados *prazos*, que foram reconhecidos pela Coroa portuguesa a partir de 1629 e dominaram o vale do Zambeze até o século

XIX. Seus exércitos particulares desestabilizaram o Monomotapa na década de 1620, permitindo que os portugueses impusessem uma “dinastia” que governou sob seu controle durante 60 anos.

A decadência do Monomotapa, entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o “reino” sobreviveu até o século XX.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Aponte algumas das principais características dos “reinos” do Grande Zimbábue e do Monomotapa, indicando também sua localização e período de existência.

Resposta Comentada

Localizados na África Oriental, ambos se tornaram ricos e poderosos em função da exportação de ouro, produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.

O Grande Zimbábue existiu entre os séculos XIII e XV, controlando o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique. Seu declínio foi devido, em parte, à reorientação

do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos, e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.

O “reino” Monomotapa foi fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue. Sua origem esteve relacionada à expansão do comércio de ouro no vale do rio Zambeze. Sua decadência, ocorrida entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o “reino” sobreviveu até o século XX.

O “reino” do Congo (a partir do século XIV) e a exportação de escravos na África Centro-Occidental

Entre os vários estados que existiram na África Centro-Occidental, o mais destacado pela historiografia é o “reino” do Congo, cuja trajetória permite problematizar, entre outros aspectos, as relações entre africanos e europeus, a dinâmica da cristianização e, sobretudo, o papel das lideranças africanas no comércio atlântico de escravos.

Chegando a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire), surgiu da unificação de “reinos” menores, ocorrida nos séculos XIV e XV. Para alguns autores, o fortalecimento do Congo em relação aos outros “reinos” foi motivado pelo desenvolvimento de um grande centro urbano, onde se concentravam muitos escravos, que teria dado ao seu governante uma considerável vantagem sobre os demais. A expansão territorial, os altos rendimentos e a existência de uma base leal ao poder também teriam contribuído para que o “reino” do Congo se tornasse mais poderoso que os estados vizinhos, acabando por unificá-los.

De acordo com a tradição oral, o fundador do “reino” conquistou o direito de governar e taxar a população e, tempos

depois, passou a compartilhar tais privilégios com capitães por ele designados, cujos cargos não eram vitalícios. Segundo alguns autores, não existia no Congo a ideia de propriedade privada da terra. O “rei” podia retirar, sempre que desejasse, o privilégio de uso da terra de um de seus “súditos”. Os escravos eram, assim, a única forma de riqueza privada existente no “reino” do Congo.

Embora relatos europeus descrevessem o “rei” como proprietário de todas as terras, a fonte de renda “real” era uma taxa cobrada “por cabeça”, e não por terras. Em vez de terras, taxava-se pessoas, a exemplo do que acontecia em outros “reinos” e “impérios” africanos. A terra controlada pelo estado não pertencia propriamente ao “rei”, que coletava rendimentos como um funcionário, apenas hierarquicamente superior aos demais. No Congo, não só o “rei” não era proprietário das terras como a sucessão não era propriamente hereditária, pois todos os parentes mais próximos podiam disputar o trono. O próprio governante indicava o seu sucessor, geralmente um de seus filhos ou irmãos, mas a decisão final era tomada por um conselho eleitoral, a exemplo do que acontecia em outros estados da África Central.

Na sua fase mais próspera, o “reino” do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros “reinos”. Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como “senhor do Congo”. O próprio “rei” escolhia e nomeava as chefias locais. Embora o Manicongo pudesse designar um descendente do chefe falecido para substituí-lo, não foi estabelecido um mecanismo regular de hereditariedade para o governo local das unidades subordinadas.

O Manicongo tinha o poder de redistribuir os alimentos e demais produtos recebidos sob a forma de impostos, além de recrutar, entre seus súditos, os homens que formavam sua força militar, inicialmente composta de guerreiros a pé com pequenos arcos e flechas envenenadas. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do “tesouro real”.

Na década de 1480, quando chegaram os portugueses, o “reino” do Congo passava por um processo de expansão territorial, sendo descrito em situação de guerra nos documentos europeus. Desde então, o “reino” tornou-se um parceiro valioso para os portugueses, fazendo comércio e coletando impostos aduaneiros. Os sucessivos “reis” do Congo buscaram controlar as atividades comerciais realizadas pelos europeus. O Manicongo Afonso I, por exemplo, capturou um navio francês em 1525, acusando-o de comércio ilegal na costa do “reino”.

Comerciantes portugueses viviam no “reino” e possuíam alguns privilégios, vendendo escravos e por vezes atuando como funcionários do governo do Congo. Uma investigação do Tribunal da Inquisição de Lisboa, realizada em Luanda nos anos de 1596 e 1597, revelou uma cadeia de povoados de cristãos-novos que ocupavam postos no “reino” do Congo, especialmente na Igreja e na administração.

Desde 1500, portugueses estabeleceram plantações de açúcar na ilha de São Tomé, baseadas em mão de obra escrava proveniente do “reino” do Congo. Em 1526, o Congo exportava de 2.000 a 3.000 escravos por ano e o rei Afonso Nzinga reclamava que seus súditos, ansiosos por obter as mercadorias oferecidas pelos portugueses, aprisionavam até membros da “família real” congoleza. Afonso I queixou-se várias vezes, por correspondência oficial, ao rei de Portugal D. João III, afirmando que os comerciantes agiam à revelia dos oficiais portugueses, arruinando as relações entre os dois reinos por raptarem e escravizarem pessoas livres, inclusive “nobres”. Ainda assim, os sucessivos “reis” do Congo detinham algum controle sobre o comércio de escravos, instituindo regulamentos ou até proibindo o tráfico, em determinados momentos.

Em 1526, D. Afonso I tentou reforçar o controle sobre a exportação de escravos, solicitando licença ao rei de Portugal para a compra de um navio, que lhe permitiria escapar de parte dos intermediários envolvidos naquele comércio. A resposta, recebida

após uma espera de doze anos, foi evasiva, informando que os navios portugueses também pertenciam a Afonso I. Se a resposta do rei de Portugal demonstra que ele não estava disposto a abrir mão de uma importante fonte de rendimentos, indica também que não era possível explorar o continente africano sem estabelecer um mínimo de diálogo com as suas lideranças, mesmo que marcado por dissimulações e rodeios.

O “reino” do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos. Relatos europeus do século XVI mencionam a qualidade e a beleza dos tecidos congolezes, feitos com fibras de palmeiras, com superfície aveludada e lindas estampas, que eram comprados pelos portugueses e vendidos para regiões a leste de Angola.

A menção ao envolvimento do Congo no comércio atlântico de escravos, bem como à importação de armas de fogo europeias, sugere uma importante reflexão. Teria a demanda europeia por escravos, associada à oferta de armas de fogo, fortalecido os exércitos, favorecido a centralização do poder político, intensificado as guerras e multiplicado a escravização? Respondendo a essas perguntas, alguns historiadores ressaltam que as transformações dos estados africanos não devem ser explicadas apenas por agentes externos, como o comércio europeu. No “reino” do Congo, os cativos foram um subproduto das guerras expansionistas e, ao mesmo tempo, elementos úteis para o avanço do processo de centralização do poder político. O Congo criou um grande exército, que só posteriormente passou a utilizar armas de fogo importadas da Europa. O aumento do número de pessoas vulneráveis à escravização foi resultado do surgimento desse exército e não da importação de armas de fogo que se seguiu. A oferta de armas de fogo europeias não pode ser apontada como a causa do aumento das guerras e, conseqüentemente, da escravização.

De todo modo, a utilização do mosquete incorporou novas táticas militares ao exército congolês (e de outros estados africanos),

assegurando uma contínua demanda. Se isso favoreceu as atividades comerciais europeias, não concedeu a nenhuma potência a capacidade de impor o comércio de escravos. Os estados que participaram do comércio atlântico de escravos fizeram-no por decisão própria, sobretudo por conhecerem a escravidão e a venda de cativos, antes da chegada dos europeus.

Outros autores, ao contrário, explicam as alterações políticas na costa africana pela interferência do comércio atlântico de escravos. Para eles, o aumento da capacidade da produção de cativos dependia basicamente da guerra. Cada vez mais, o poderio dos estados africanos da costa baseava-se na capacidade de controle das rotas do comércio de escravos em seu território e de proteção dos seus habitantes das expedições de apresamento, organizadas por comerciantes e “reinos” vizinhos. Por outro lado, a disputa pelo controle de portos e feiras de venda de escravos criava rivalidades crescentes e levava os estados à guerra. Desde o final do século XVII, uma série de guerras na África Central teria dado origem à consolidação de novos estados produtores de cativos.

A frequente associação entre a história dos “reinos” e “impérios” africanos e o comércio de escravos permite, ainda, outra reflexão. A inegável importância desse comércio acaba, frequentemente, por transmitir a falsa ideia de que toda a economia das sociedades africanas era baseada na exportação de cativos. Estudos sobre a África Centro-Occidental demonstram que durante a vigência do comércio atlântico de escravos existiu uma ampla rede de produção e troca de mercadorias, do litoral às zonas fornecedoras de escravos do interior. Esse comércio, que tinha como bens mais valiosos, no século XIX, o marfim e os escravos, passava por uma série de intermediários africanos e envolvia vários outros produtos, que eram trocados ao longo do trajeto das caravanas: armas de fogo, tecidos, artigos de cobre, produtos agrícolas, sal, borracha etc.



Figura 5.3: D. João I, nome adotado por Nzinga-a-Nkuwu ou Nkuwu Nzinga, primeiro manicongo a converter-se ao cristianismo. Gravura de Pierre Duflos (1742-1816), c. 1509.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ee/Jean_Roy_de_Congo.jpg

Um dos aspectos interessantes da história do “reino” do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o “rei” do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu.

Segundo alguns autores, os embaixadores portugueses informavam aos governantes africanos, nos primeiros momentos de contato, que determinado comércio, como o de armas de fogo, só poderia ser feito entre cristãos. Isso explicaria a aceitação do batismo, em 1491, por D. João I, e a transformação do cristianismo em religião de estado por seu filho.

Apesar da cristianização do “reino” do Congo, autoridades portuguesas empreenderam esforços para bloquear suas relações com a Santa Sé. Ainda assim, em 1518, o Papa Leão X consagrou D. Henrique, filho de D. Afonso I, bispo de Útica. Tratava-se de uma diocese antiga, já extinta, localizada no norte da África, que à época se encontrava sob controle árabe. Em 1523, D. Afonso I nomeou embaixadores para irem a Roma, representando o “reino” do Congo. Uma diocese foi criada no Congo, em 1596, antes da criação dos bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, em 1676. Na ocasião, a capital do Congo passou a se chamar São Salvador.

Nos séculos XVI e XVII, o cristianismo no “reino” do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões “tradicionais”. Parte da “aristocracia” congoleza ostentava o novo credo como forma de se distinguir de linhagens rivais não cristãs.

Caminhando para a finalização desta aula, cabe mencionar que diversos autores afirmam a dificuldade de definição do Congo como um “reino”. Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento do poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Apontando para a mesma direção, outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um “rei”, mas apenas um dos chefes de uma confederação, que tinha como tarefa específica negociar

com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.



Atende ao Objetivo 2

2. Aponte algumas das principais características do “reino” do Congo, indicando também sua localização e período de existência.

Resposta Comentada

Fundado no século XIV e localizado na África Centro-Occidental, o “reino” do Congo chegou a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire).

Na sua fase mais próspera, o “reino” do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros “reinos”. Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como “senhor do Congo”. O próprio “rei” escolhia e nomeava as chefias locais. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie

de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do “tesouro real”.

Na década de 1480, os portugueses chegaram ao “reino” do Congo. Desde então, congolese e lusitanos tornaram-se parceiros comerciais, embora os sucessivos “reis” do Congo tenham buscado controlar as atividades realizadas pelos europeus.

O “reino” do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos.

Um dos aspectos interessantes da história do “reino” do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o “rei” do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu. Apesar disso, nos séculos XVI e XVII, o cristianismo no “reino” do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões “tradicionais”.

CONCLUSÃO

Dentre os mais importantes “reinos” existentes na África subsaariana pré-colonial, destacam-se o Monomotapa e o Grande Zimbábue, localizados na África Oriental e caracterizados, sobretudo, pelo comércio de ouro, e o “reino” do Congo, situado na África Centro-Occidental e lembrado pela sua intensa participação no tráfico atlântico de escravos. Esses “reinos” destacaram-se, na história do continente, pela riqueza e pelo dinamismo comercial, sendo apontados, na historiografia, como exemplos de centralização política e complexidade social e, portanto, como justificativas para a negação da inferioridade cultural africana. O “reino” do Congo, em particular, tem sido apresentado, em estudos mais recentes, como exemplo de participação das autoridades africanas na montagem e na manutenção do comércio atlântico de escravos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Como vimos em aulas anteriores, conceitos como os de “reino” e “império” foram criados para a caracterização e a análise de realidades europeias. Nesse sentido, alguns autores apontam dificuldades na definição do Congo como um “reino”. Explique.

Resposta Comentada

Diversos autores afirmam a dificuldade de definição do Congo como um “reino”. Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento do poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Apontando para a mesma direção, outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um “rei”, mas apenas um dos chefes de uma confederação que tinha como tarefa específica negociar com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.



RESUMO

Analisar as trajetórias dos “reinos” e “impérios” da África subsaariana exige, antes de mais nada, considerar que esses conceitos foram cunhados para o estudo de realidades europeias. A dinâmica interna e o funcionamento dos “reinos” e “impérios” africanos guardam inúmeras especificidades, e se optamos por utilizar esses conceitos, fazemo-lo apenas por considerar que a criação de outros seria trabalhosa e não deixaria de gerar novos problemas.

É preciso lembrar, também, que a maioria das populações africanas vivia em aldeias de pequeno porte, que não conheciam poder político centralizado, nas quais os conflitos eram resolvidos por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Dentre os “reinos” existentes na África subsaariana antes e durante a chegada dos primeiros europeus, destacam-se o Grande Zimbábue e o Monomotapa, na África Oriental; e o “reino” do Congo, na África Centro-Occidental.

Os “reinos” do Monomotapa e do Grande Zimbábue tornaram-se ricos e poderosos em função da exportação de ouro, produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.

O Grande Zimbábue existiu entre os séculos XIII e XV, controlando o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique. Seu declínio foi devido, em parte, à reorientação do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos, e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.

O “reino” Monomotapa foi fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue. Sua origem esteve relacionada à expansão do comércio de ouro no vale do rio Zambeze. Sua decadência, ocorrida entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o “reino” sobreviveu até o século XX.

Fundado no século XIV e localizado na África Centro-Ocidental, o “reino” do Congo chegou a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire).

Na sua fase mais próspera, o “reino” do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros “reinos”. Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como “senhor do Congo”. O próprio “rei” escolhia e nomeava as chefias locais. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do “tesouro real”.

Na década de 1480, os portugueses chegaram ao “reino” do Congo. Desde então, congolezes e lusitanos tornaram-se parceiros comerciais, embora os sucessivos “reis” do Congo tenham buscado controlar as atividades realizadas pelos europeus.

O “reino” do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos.

Um dos aspectos interessantes da história do “reino” do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o “rei” do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu. Apesar disso, nos séculos XVI e XVII o cristianismo no “reino” do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões “tradicionais”.

Diversos autores apontam a dificuldade de definição do Congo como um “reino”. Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram

efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento de um poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um “rei”, mas apenas um dos chefes de uma confederação, que tinha como tarefa específica negociar com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos diferentes formas de escravidão presentes no continente africano antes da chegada dos europeus e, conseqüentemente, da montagem do comércio atlântico de escravos.